

INFORMAÇÕES SOBRE O TEXTO

Tipo

Artigo publicado em periódico científico. 2007. 21 pp.

Título:

A construção do conceito de economia solidária no Cone Sul.

Autor:

Antônio Cruz

Resumo:

Ver texto, logo abaixo.

Referência original:

CRUZ, Antonio. A construção do conceito de economia solidária no Cone Sul.
In: **Estudios cooperativos**, n.6. Montevideo: UEC/UDELAR, 2007. pp. 6-27

A CONSTRUÇÃO DO CONCEITO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA NO CONE SUL*

Antônio Cruz**

Resumo

O artigo discute a emergência e a construção do conceito de “economia solidária” nos países no Cone Sul da América, como expressão teórica de um fenômeno sócio-econômico vinculado à busca de alternativas associativas/autogestionárias de iniciativa econômica, que se desenvolveram nesses países de forma mais significativa a partir da década de 1980. Depois de situar o fenômeno em foco, o artigo apresenta sinteticamente as formulações teóricas de três economistas latino-americanos (Luis Razeto, José Luis Coraggio e Paul Singer), destacados pesquisadores na área. O texto conclui com observações pontuais acerca da necessidade de aproximar as formulações teóricas conceituais do movimento social instituído pelas iniciativas de economia solidária, a fim de potencializar ações políticas, sociais e econômicas por parte dos atores vinculados ao seu cotidiano.

Palavras-chave

Economia solidária, conceito, teoria, significação.

Sobre o sentido de dar nome às coisas

Uma conhecidíssima crônica de Borges¹ nos fala de uma certa enciclopédia chinesa intitulada *Empório celestial de conhecimentos benevolentes*.

En sus páginas remotas está escrito que los animales se dividen en (a) pertenecientes al Emperador, (b) embalsamados, (c) amaestrados, (d) lechones, (e) sirenas, (f) fabulosos, (g) perros sueltos, (h) incluidos en esta clasificación, (i) que se agitan como locos, (j) innumerables, (k) dibujados con un pincel finísimo de pelo de camello, (l) etcétera, (m) que acaban de romper el jarrón, (n) que de lejos parecen moscas. (2005, pp. 152-153)

Fomos apresentados pela primeira vez a esta anedota borgiana por Foucault que, em “As Palavras e as Coisas”, discutia as relações de poder que cercam a formulação de conceitos e definições. Um conceito é, antes de nada, um processo de disputa: uma tentativa

* Este artigo representa parte da tese de doutorado do autor (CRUZ: 2006), especialmente revisada e re-escrita para esta publicação.

** Professor/pesquisador do mestrado de política social da Universidade Católica de Pelotas/Ucpel; doutor em economia aplicada pela Universidade de Campinas/Unicamp (Brasil).

¹ “*El idioma analítico de John Wilkins*” In BORGES, Jorge Luis: 2005.

de aproximar ou distanciar, de igualar ou diferenciar, de limitar ou expandir – coisas, acontecimentos, significados, idéias etc.

O que é a economia solidária e qual a sua amplitude do ponto de vista econômico e social? Trata-se de experiências pontuais elevadas a objeto de estudo por força de uma idealização ou é um fenômeno econômico e social com repercussão efetiva? Em que medida isto que chamam de economia solidária não é uma re-edição de fenômenos sociais e econômicos já conhecidos e experimentados há mais de um século através das variadas experiências cooperativas e/ou de autogestão?

O surgimento de milhares de iniciativas econômicas de tipo associativo – cooperativas, associações, empresas recuperadas, instituições comunitárias de crédito, clubes de trocas etc. – no Cone Sul da América Latina, a partir dos anos 90, representou um desafio de significação para aqueles que acompanharam, de alguma forma, o desenvolvimento deste fenômeno. De modo geral, esses pesquisadores – dos quais falaremos logo adiante –, intuíram que, embora estas manifestações guardem estreitas relações com experiência anteriores, elas têm características específicas, que resultaram das transformações ocorridas nas últimas décadas, tanto da economia quanto da sociedade latino-americana.

Sócio-economia solidária, economia popular e solidária, economia solidária, nova economia social, novo cooperativismo: todos são termos diversos que procuraram, de alguma forma, *nomear* tais experiências (ou ao menos uma parte delas) e que o fizeram, é verdade, reverberando o passado, isto é, ancorando seus significados a alguma categoria anteriormente utilizada, mas agora re-significada a fim de que se pudesse, pelas palavras, distinguir o que era “velho” daquilo que representava o “novo”.

Economia solidária, portanto, é uma expressão conceitual “*em disputa*”. Aqueles que defendem a utilização da expressão não coincidem no seu sentido, e aqueles que a criticam, obviamente, não coincidem também em suas críticas. Esta disputa, longe de ser meramente semântica, estabelece um debate de fundo em torno das interpretações sobre as origens, os sentidos e as propostas de termos que representam idéias e ações que são ao mesmo tempo próximas e distintas.

Como sempre, é difícil precisar o momento em que o termo começa a ser utilizado e a primazia de sua utilização é atribuída a teóricos diversos.

Um dos marcos dessa contextualização foi o texto do sociólogo chileno Luis Razeto (1984) intitulado “*Empresas de Trabajadores y Mercado Democrático*”, onde se presume

haja aparecido pela primeira vez, na América Latina, o termo “economia da solidariedade”. Na sua concepção, a exclusão social específica do tipo de evolução recente do sistema capitalista estava produzindo uma “economia popular” que começava a dar lugar, por sua vez, a uma “economia da solidariedade”. Esta, que a princípio poderia confundir-se com o cooperativismo, tendia a distanciar-se das estruturas tradicionais das cooperativas em função do caráter subordinado destas ao mercado capitalista. Ou, em outras palavras, não havia uma utopia social correspondente à estruturação do mercado e à estruturação do Estado que correspondesse às relações sociais de produção inovadoras presentes na forma cooperativa de produção, de distribuição e de acumulação. Havia no seu entendimento, portanto, uma contradição entre a busca de relações sociais igualitárias no interior do cooperativismo e as relações sociais de concentração/exclusão no entorno sócio-econômico das cooperativas, o que não era – segundo Razeto – objeto da crítica e/ou do projeto histórico do cooperativismo.

Las diferentes formas de organización del mercado, las distintas correlaciones de fuerzas sociales que se estructuran en relación a los procesos económicos, inciden no sólo en la eficiencia de la producción y distribución de los bienes y servicios sino también en los procesos y estructuras políticas y culturales. Que exista un mercado predominantemente capitalista o uno en que predomine la propiedad estatal y la planificación centralizada, condiciona de modo muy distinto la vida política, los valores e ideologías, la organización social, las formas y contenidos del Estado. A la inversa, la pugna por estructurar la economía – la producción y el mercado – en formas capitalistas, socialistas (u otras intermedias) está precedida y acompañada por diferentes concepciones ético-políticas y por distintos proyectos de Estado. El desarrollo de formas económicas cooperativas, de un movimiento y de un sector autogestionado integrado y de un proceso de democratización del mercado, han de tener también implicaciones culturales y políticas, particularmente relevantes teniendo en cuenta que se trata de un hecho simultáneamente económico-social y político-cultural que trae consigo relaciones nuevas entre economía y política y entre dirigentes y dirigidos. (RAZETO: 1984, p. 22).

Mas, já no final dos anos 80 e começo dos anos 90, outros investigadores, em outros países da América Latina, e por caminhos distintos, muitos deles sem conhecer as formulações de Razeto, também começaram a acercar-se de um fenômeno que lhes despertava interesse e dúvida ao mesmo tempo, pois comportava simultaneamente características presentes em outras experiências não-convencionais (próximas ao cooperativismo, por exemplo) e inovadoras. Em alguns casos as relações de poder no interior dessas iniciativas pesquisadas eram fundamentalmente distintas, e em outros casos as alternativas se apresentavam nas formas específicas de relação com o mercado, com a tecnologia empregada e mesmo com o Estado.

Foi o caso de José Luis Coraggio e um conjunto de investigadores vinculados à *Universidad Nacional General Sarmiento*, na grande Buenos Aires, que articulados em torno

do IDES (*Instituto de Desarrollo Económico y Social*), começaram a buscar propostas alternativas de desenvolvimento local fundadas em processos associativos diversos. Com a crise do Estado de fins dos anos 90, em que culminaram as reformas sociais e políticas do Governo Menem (1989-1999), um conjunto de outros pesquisadores argentinos também passou a ocupar-se do tema, como Mirta Vuotto (do *Centro de Estudios de Sociología del Trabajo* da *Facultad de Ciencias Económicas – Universidad de Buenos Aires*), como María del Pilar Foti (*Universidad del Salvador*) e Mercedes Caracciolo (UBA) e muitos outros.

Na Colômbia, têm servido como referência os debates organizados pela *Confederación Latinoamericana de Cooperativas y Mutuales de Trabajadores* (COLACOT), a cargo de Francisco Verano, assim como, na Nicarágua, as formulações de Orlando Nuñez (ex-ministro do Governo Sandinista) ou as discussões levadas a efeito por *Cayapa – Revista de Economía Social de Venezuela*. No Uruguay, Pablo Guerra, de um lado, e as pesquisas desenvolvidas pela *Unidad de Estudios Cooperativos* (*Universidad de la República*), de outro lado, têm buscado não apenas compreender e descrever esses fenômenos, mas também teorizar e inclusive intervir sobre eles.

A “economia solidária” também tem sido objeto de investigação e de discussão para dezenas de pesquisadores brasileiros – Neusa Dal Ri, Armando Lisboa, Luis Inácio Gaiger, Marcos Arruda, Euclides Mance, Lia Tiriba, entre muitos outros. Dentre eles, destaca-se Paul Singer, que antes de dedicar-se a este tema, especificamente, já era discutido e respeitado como crítico dos programas econômicos conservadores e como formulador de propostas de política econômica para a oposição de esquerda, desde os anos 60.

Este conjunto grande e heterogêneo, em todos os aspectos, dos investigadores da economia solidária nas Américas do Sul e Central, tem formulado distintas análises e mesmo diferentes delimitações conceituais acerca da chamada “economia solidária”. O traço comum, reiteramos, tem sido sempre o de buscar identificar as características e as dinâmicas que ordenam o surgimento e o funcionamento de um conjunto igualmente heterogêneo de iniciativas econômicas que, a princípio, possuem entre si traços comuns, que por sua vez as distinguem das iniciativas econômicas convencionais de tipo capitalista ou estatista. Isto é, de alguma maneira, se concentram no mesmo objeto das pesquisas e formulações pioneiras de Luis Razeto.

Por outro lado, o marco conceitual destes autores latino-americanos, que buscam delimitar o campo da “economia solidária”, tem se mostrado bastante elástico.

Para exemplificar, trabalharemos com as formulações de três investigadores já citados e bastante respeitados pelos estudiosos do tema, procurando identificar seus traços comuns e suas distinções teóricas mais importantes. São eles Luis Razeto, José Luis Coraggio e Paul Singer.

Razeto: a “economia da solidariedade” como um projeto civilizatório.

Como procuramos mostrar mais acima, os limites do cooperativismo, para Luiz Razeto, estavam postos não apenas nos condicionamentos gerados pelo processo de oligopolização do capital, mas também pela inexistência de uma alternativa pensada pelo movimento cooperativo para a organização da economia como um todo a partir de uma base cooperativa.

Seria, portanto, para ele, também um problema ideológico, e tratava-se então de investigar as possibilidades de construção de uma “*economía de solidariedad*” e de um “*mercado democrático*”². O fundamental de sua elaboração tem a ver com o fato de que, partindo da crítica ao capitalismo e ao “estatismo” de tipo soviético³, tentou encontrar – sem sucesso – no cooperativismo uma possibilidade de fundamentação para uma *nova economía*. Sua crítica essencial estava na idéia de que, subordinando-se às estruturas de mercado do capitalismo ou às estruturas de Estado do “socialismo real”, o cooperativismo, numa ou noutra versão, era incapaz de levar até o fim sua proposição original de democratização da economia. Sua alternativa, então, foi tentar buscar os fios desta “nova economia” em outras formas, já experimentadas, de organização do processo econômico. Suas pesquisas, então, o levaram ao que ele chamou de “economia da solidariedade”: iniciativas econômicas de caráter associativo marcadas por uma ética (*ideologia*, se quisermos, embora ele próprio não utilize o termo) igualitária, preservadora da diferença dos sujeitos e de suas capacidades de conviver e de interagir com a diferença alheia.

Daí a idéia de que uma economia socialista ou autogestionária ou qualquer que fosse o adjetivo que buscasse qualificar as formas democráticas de organização econômica reivindicadas pelos movimentos sociais necessitariam não apenas de uma estrutura distinta, mas também de valores morais estruturados e estruturantes dessa nova ética.

² Trata-se da coleção abarcada pelo título “*Economía de Solidaridad y Mercado Democrático*”, composta pelos seguintes volumes: (1) *Las Donaciones y la Economía de Solidaridad* (1984); (2) *Crítica de la Economía, Mercado Democrático y Crecimiento* (1984); (3) *Fundamentos de una Teoría Económica Comprensiva* (1988); e (4) *Desarrollo, Transformación y Perfeccionamiento de la Economía en el Tiempo* (2000).

³ Luis Razeto foi militante cristão-marxista da Igreja Católica e do Partido Comunista (chilenos), antes e durante o Governo Allende, e vinculou-se depois ao Partido Comunista Italiano, quando no exílio.

Uma observação apressada poderia indicar uma re-edição vulgar da idéia do “novo homem” gramsciano (a quem Razeto havia dedicado seus primeiros escritos), ou guevariano, ou maoísta ou de qualquer outra vertente que reivindicasse uma transformação correspondente da moral em função da re-estruturação da sociedade em novos termos sociais e políticos. Trata-se de uma proposição inversa, a saber: como é possível construir, a partir de vivências econômicas distintas, uma ética transformadora da política, da economia e da sociedade? Em outras palavras, era investigar como transitar de microeconomias fundadas na igualdade dos sujeitos para estruturas sociais complexas igualmente igualitárias e democráticas, porque pensava ele que eram estas estruturas que cumpririam o papel educativo essencial para o surgimento de qualquer “novo homem”. Daí, então, seu foco nas estruturas microeconômicas marcadas pela ética da solidariedade – do igualitarismo, da democracia e da autogestão.

Numa de suas últimas obras, seus questionamentos estavam dirigidos a responder à pergunta sobre a origem e os limites da economia solidária. Ele situa a origem do fenômeno na crise da civilização moderna. Identifica a economia solidária como uma busca por uma nova estrutura de sociedade que seja capaz de constituir uma nova relação estrutural entre economia, política e cultura, em que a solidariedade – entendida aí como democratização das três esferas da vida social – seja o elemento ético fundador e preponderante.

La economía de solidaridad rescata una concepción del hombre como persona libre abierta a la comunidad, sujeto de necesidades y aspiraciones de personalización en las dimensiones personal y comunitaria, corporal y espiritual de su naturaleza constituyente, capaz de actuar conforme a valores superiores, que no busca únicamente su utilidad individual sino que también ama a sus semejantes y se abre a sus necesidades, que se preocupa del bien común se proyecta a la trascendencia. Los valores del trabajo y la solidaridad, y ellos mismos pueden ser los que sostengan la nueva civilización latinoamericana, que bien podría ser una civilización de la solidaridad y el trabajo. (RAZETO: 1997, p. 18)

Suas proposições, como no trecho acima citado, procuram inserir-se numa luta ideológica, se assim podemos dizer, por uma nova ética que comporte uma nova estrutura de sociedade. Guardam coerência com suas críticas iniciais à falência do “movimento cooperativo”, a que nos referimos em relação a seu texto de 1984, e tentam apontar para as possibilidades de construção desta nova ética e da nova sociedade que pode se constituir a partir dela.

Razeto indica dez movimentos (“caminhos”) que, simultaneamente, conduzem à construção desta nova ética e de uma economia da solidariedade:

- a “economia popular” que surge da realidade da pobreza – a economia informal, as pequenas empresas familiares, as associações de pequenos produtores...;
- o apoio solidário dos “de cima” para com os “de baixo”, através das formas diversas de apoio às iniciativas de economia popular e solidária, seja através do Estado, seja pela iniciativa comunitária ou associativa;
- a solidariedade produzida pelo trabalho (em si) e pelas lutas dos trabalhadores, que lhes permite, pelas duas vias, construir laços de solidariedade entre si e de crítica às estruturas sociais vigentes;
- a participação popular e a autogestão social advindas do processo de mobilização da sociedade civil em busca de formas mais democráticas de governo – como os conselhos locais participativos, ou os orçamentos participativos e assim por diante;
- os novos movimentos sociais, em toda a sua heterogeneidade, que conseguem perceber o capitalismo como uma estrutura social na qual suas reivindicações enfrentam limites imediatos e intransponíveis;
- a busca de alternativas de desenvolvimento para os países e regiões periféricos, dada a permanência das estruturas de subordinação e dependência historicamente estabelecidas;
- o ecologismo em todas as suas manifestações, que igualmente tendem a identificar devastação com exploração econômica da natureza;
- a condição histórica atual das mulheres e a luta pela sobrevivência familiar, diante da dissolução dos laços produzidos pelo avanço da pobreza e da miséria na contemporaneidade;
- a luta pela preservação dos valores e tradições dos “povos antigos”, sobretudo dos povos indígenas na América e dos povos tribais e clânicos da Ásia e da África, destruídos pelo avanço da globalização sem limites;
- a busca por valores éticos coerentes com crenças religiosas orientadas para a solidariedade social.

Para o autor, este conjunto disperso, heterogêneo e dinâmico de processos sociais, tenciona as estruturas sociais, políticas e culturais vigentes e constitui o fundamento de uma

nova ética que informa a construção de novas estruturas sociais, políticas e culturais marcadas pela solidariedade.

Por um lado, embora Razeto aponte – todo momento – para a indeterminação desses processos históricos, e chame a atenção para os seus potenciais utópicos, ele não chega a uma análise da correlação de forças entre esse potencial utópico e o potencial ideológico (no sentido “conservador”) dos processos sociais que se contrapõem, neste momento, à busca desta nova ética. Por outro lado, ele deixa claro que este potencial depende fundamentalmente da capacidade dos atores do nosso tempo serem capazes de articular suas utopias em torno de um projeto civilizatório alternativo, que dê conta de uma mudança estrutural que se produza “de baixo para cima” e que revolucione, portanto, a economia, a política e a cultura sob a perspectiva de uma nova ética inclusiva. É um futuro aberto, com condicionamentos e possibilidades.

Do ponto de vista de uma definição clara e distintiva (delimitadora, talvez) da economia solidária, não há avanços significativos. Trata-se claramente de uma opção teórico-metodológica. Ele trabalha mais com as perspectivas éticas das relações econômicas e menos com a objetividade dos processos econômicos e sociais que daí derivam. Assim como não há um papel delimitado e muito menos protagonista, de parte do Estado, que se coloca aí mais como uma estrutura a ser revolucionada pelo novo projeto.

Coraggio: da economia popular à economia do trabalho como alternativas para o desenvolvimento sócio-econômico.

José Luis Coraggio, economista argentino, partiu das observações empíricas relativas ao desenvolvimento da economia urbana no chamado “*conurbano bonaerense*” (a “Grande Buenos Aires” – GBA, um conglomerado urbano com cerca de 10 milhões de habitantes).

As transformações produzidas pela política liberalizante do Regime Militar na Argentina (1976-1983) haviam produzido efeitos significativos na organização do espaço urbano da GBA, como de resto em toda a organização social argentina. Desde aí, as estratégias de sobrevivência levadas a efeito pela população mais pobre de suas cidades periféricas foram observadas por Coraggio na tentativa de apreender as possibilidades e processos de resistência popular frente às mudanças em curso, buscando identificar estratégias possíveis de ação social, políticas e mesmo econômicas, capazes de fazer frente ao desmonte do Estado desenvolvimentista (na Argentina, caracterizado pelas especificidades

do peronismo) ao longo dos anos 70 e 80, finalizado durante o período de Carlos Menem (1989 a 1996) à frente do governo nacional, e que servissem como base para a formulação de uma política de desenvolvimento alternativa.

Já num seminário realizado em Lima, em 1991⁴, parte de suas conclusões já levantava uma certa perspectiva que informaria a evolução posterior de seu pensamento em torno da economia solidária. Analisando o debate levado a efeito pelos partidos participantes do chamado “Fórum de São Paulo”⁵, ele chamava a atenção para o fato de que, se “a solução de fundo para as dificuldades e problemas se encontra [...] na transformação profunda de nossas sociedades”⁶, isto teria que levar em conta não apenas a conjuntura econômica internacional do período – obviamente muito desvantajosa para as idéias representadas pelos partidos do fórum –, mas também as condições específicas como os sujeitos coletivos representados pelos movimentos populares organizavam sua forma de resistir e construir alternativas, “o quê, em termos econômicos implica centrar-se não tanto no modelo de acumulação de capital, mas na economia popular, orientada para a reprodução não do capital, mas senão da vida.” (CORAGGIO: 1991, p. 5).

Este tipo de búsqueda supone partir no de un modelo macrosocial sino de la multiplicidad de prácticas económicas generalizadas por las masas en estos años, su cultura y sus múltiples formas organizativas (economía doméstica, movimientos sociales, ONGs, organizaciones corporativas, redes de solidaridad, también partidos políticos, etc.). Implica también valorar el conocimiento que los múltiples agentes de la organización económica y cultural popular tienen sobre los procesos inmediatos de reproducción y sobre la economía tal como se aprecia desde esa perspectiva, y enfrenta la tentación de mistificar la sabiduría popular. Este tipo de aproximación se movería con largos plazos – como supone el cambio cultural –, o directamente sin consideración de plazos. (CORAGGIO, *op. cit.*, p. 5)

É claro que este princípio, assim apresentado aos atores políticos do Fórum de São Paulo, embora pudesse despertar simpatias ideológicas, estava longe de indicar uma proposição clara de alternativa econômica e social à hegemonia neoliberal na forma e no tempo daqueles atores, que se esforçavam, em seus países, em assumir a direção política de seus Estados e contar com uma proposta concreta e imediata – e mais que isto: operativa – de gestão social. Além disso, a proposta de Coraggio era um tanto mais complexa, à medida que

⁴ Seminário-Oficina "Integração e desenvolvimento alternativo na América Latina", organizado pelo “Encontro de Partidos e Movimentos Políticos do Fórum de São Paulo”.

⁵ “O Fórum de São Paulo se constituiu em 1990 quando o Partido dos Trabalhadores (PT-Brasil) convocou outros partidos da América Latina e Caribe com o objetivo de debater a nova conjuntura internacional pós-queda do Muro de Berlim e as conseqüências da implantação de políticas neoliberais pela maioria dos governos da região. Nesse sentido, a proposta principal foi discutir uma alternativa popular e democrática ao neoliberalismo, que estava entrando na fase de ampla implementação mundial.” (www.forosaopaulo.org)

⁶ II Encontro de Partidos e Movimentos do Fórum de São Paulo *apud* CORAGGIO (1991).

propunha uma “autonomização relativa” da economia popular em relação à economia mercantil/capitalista, da mesma forma que a cultura popular deveria autonomizar-se em relação à cultura dominante. Como princípio filosófico de investigação e elaboração de propostas, tal formulação indicava um caminho a ser seguido. Como resposta política a uma situação conjuntural desfavorável aos movimentos sociais, porém, ela trazia consigo fragilidades importantes.

Ao longo da década, entretanto, Coraggio ensaia a formulação de uma proposta de desenvolvimento – centrada no “local” – a partir da economia social, que passa a ser significada, por ele, como um conjunto amplo de iniciativas, relações e redes, formado por empreendimentos de tipos diversos: informais, familiares, cooperativos, autogestionários, clubes de trocas etc., definidos a partir de uma predominância do fator trabalho como elemento de reprodução.

Mediante una reestructuración de la economía del trabajo, tan epocal como la que está experimentando la economía del capital, es posible desarrollar desde las grandes ciudades articuladoras de redes urbano-rurales un subsistema más orgánico de economía popular dirigida a la satisfacción de las necesidades de las mayorías, capaz de adquirir una dinámica parcialmente autosustentada a nivel local y regional, coexistiendo, compitiendo y articulándose -como sustrato de las PYMES, como oferente de recursos humanos atractivos para el capital, como comprador y proveedor, como contribuyente- con la economía empresarial capitalista y la economía pública. (CORAGGIO: 1998, pp. 3-4)

Este texto é particularmente fecundo, contento proposições objetivas e operativas, que buscam impulsionar o desenvolvimento da chamada “economia popular”.

Mesmo assim, Coraggio já começa a apontar a economia popular como parte, apenas, de um espectro mais amplo de iniciativas que podem contribuir para modelos de desenvolvimento local alternativos às formas de estruturação neoliberais. Ao longo do tempo, seu foco vai se ampliando para este conjunto, na tentativa de formular uma proposta mais sustentável em termos de alternativa ao modelo dominante.

Já alguns anos depois (em 2002), procurando precisar um conceito de “economia social” em contraposição à economia pura (“*economía a secas*”, dizia ele, em espanhol) e à economia política, ele inclui um rol extenso de tipos de iniciativas naquilo que ele chama de “economia social”.

Segundo ele,

Las organizaciones de la economía social pueden ser denominadas ‘empresas’, pero no son empresas capitalistas ‘con rostro social, humano’. Su lógica es otra: contribuir a asegurar la reproducción con calidad creciente de la vida de sus miembros y sus

comunidades de pertenencia o, por extensión, de toda la humanidad. Su gobierno interno se basa en la deliberación entre miembros que tienen cada uno un voto, pero admite la división del trabajo, sistemas de representación y control de las responsabilidades. No están exentas, sin embargo, de desarrollar prácticas que conspiran contra los valores trascendentes o los objetivos prácticos declarados, pero desde el inicio se autodefinen como ‘sin fines de lucro’, lo que nos las vuelve anticapitalistas, pero si no-capitalistas. (CORAGGIO: 2002, p. 2)

Desse conjunto diverso de tipos de iniciativas que, se não fazem parte diretamente do campo das “empresas sociais”, ao menos, “compartem sua lógica”, ele indica as seguintes:

- cooperativas produtoras de bens e serviços para o mercado em geral, para mercados solidários ou para o autoconsumo de seus membros;
- prestação de serviços pessoais solidários (cuidado de pessoas, cuidado do meio ambiente, recreação, serviços terapêuticos etc.);
- canalização de poupança para o crédito social;
- formação e capacitação contínua;
- investigação e assistência técnica;
- cooperativas de abastecimento ou redes de consumo coletivo para baratear o custo de vida e melhorar a qualidade social do consumo;
- associações de produtores autônomos (artesãos, trabalhadores das artes e ofícios etc.) que vendem juntos, geram suas próprias marcas e desenhos, competem cooperativamente etc.
- associações culturais de encontro comunitário (de bairros, de gênero, de etnia, desportivas etc.) e afirmação de identidades;
- redes de ajuda mútua, seguro social, atenção de catástrofes locais, familiares ou pessoais;
- sindicatos de trabalhadores assalariados pelo Estado ou pelo capital;
- espaços de encontros de experiências, de reflexão, sistematização e aprendizagem coletiva.

Sua preocupação continua sendo o *como* articular estas iniciativas “não-capitalistas” em torno de um projeto de sociedade em que o desenvolvimento econômico esteja centrado na reprodução da vida e não na reprodução do capital. E, da mesma forma como aborda as

possibilidades da economia popular, Coraggio se pergunta de que maneira um projeto com tais características pode vir a tornar-se uma alternativa real.

Este questionamento pode parecer, à primeira vista, uma formulação ingênua quanto às relações entre economia e política. Está longe disso. É importante recordar que o percurso escolhido por este autor para a formulação de uma proposta alternativa de desenvolvimento econômico tem a ver com a posta em prática de uma visão igualmente alternativa para a metodologia de formulação da proposta. Não por acaso, este mesmo texto faz a crítica da economia pura (“a secas”) e da economia política, procurando demonstrar que os dois modelos de análise estavam superados, de alguma maneira, pela desconstituição das estruturas sociais que haviam propiciado o aparecimento de seus arcaísmos teóricos.

O que Coraggio propõe é que a formulação de uma nova proposta leve em consideração dois elementos-chave para a nova análise. O primeiro, é que se tome em conta o desaparecimento da forma de Estado nacional – de rígidas fronteiras e de governos soberanos – que preponderou do período que se estendeu desde a revolução industrial até a crise do Estado de Bem-Estar. O segundo elemento de análise diz respeito à necessidade de se partir das relações sócio-econômicas realmente existentes e da possibilidade de que essas relações produzam movimentos contra-hegemônicos com alguma possibilidade de êxito. Em outras palavras, a pergunta fundamental é: como os setores populares se organizam, hoje em dia, em nossas sociedades periféricas, para resistir ao sistema, e como estas formas de organização podem derivar num modelo alternativo de organização da economia que privilegie a reprodução da vida e não do capital?

As respostas que ele nos oferece podem não ser as melhores. Tampouco ele espera que elas se produzam sem um longo e difícil movimento de pesquisa, de ensaio-e-erro, de análise detida em relação ao problema, de formulação por parte dos próprios sujeitos coletivos. Entretanto, a pergunta colocada é fundamental, ela representa a consolidação de um avanço importante em relação ao nosso objeto.

É desta questão que tratará o seu texto de 2003, que está centrado na propriedade (ou não) das formulações teóricas voltadas para o desenvolvimento local, já que a princípio o “problema do desenvolvimento” estaria vinculado doravante ao desenvolvimento global.

Ele afirma que

Se trata de partir de la realidad para transformarla y de respetar los tiempos que esa transformación requiere. Esto supone no ver la economía popular mejorada, solidaria o de los trabajadores como ‘la alternativa’, como un sistema social nuevo cuyos

integrantes viven en catacumbas, autoorganizados a través de redes sin centro, sin Estado, y esperando el fin del capitalismo. Supone diferenciar entre la economía popular realmente existente – subordinada a la cultura, valores y poderes de la sociedad y el Estado capitalistas –, y la posibilidad que contiene de devenir una economía del trabajo – por oposición a la economía del capital. [...] La efectivización de esa posibilidad es inseparable del desarrollo de toda la sociedad, no puede ser inmediata ni resultado mecánico-reactivo del huracán de la globalización, sino que supone una construcción política desde las bases de la sociedad y desde un Estado democratizado, navegando en la incertidumbre de la transición final del sistema-mundo dominado por el capital. (CORAGGIO: 2003, p. 23)

O local, portanto, não está aí em oposição ao global, mas dialoga com ele, por conta de que as iniciativas que de alguma maneira se contrapõem – ou podem se contrapor, aos efeitos da globalização do capital – não se produzem globalmente, mas localmente, e num “local” que está condicionado e mediado pelo global. E embora isto, se elas quiserem ser de fato uma alternativa ao “global”, terão que se universalizar de alguma forma. Mas, para compreender este movimento faz-se necessário estudar e discutir as formas como efetivamente este movimento se produz.

Singer: a economia solidária como um novo modo de produção

A terceira referência teórica importante da economia solidária no Cone Sul, que abordaremos, é a visão desenvolvida pelo economista brasileiro Paul Singer ao longo das duas últimas décadas.

Singer, embora num período bastante anterior, também começou suas investigações a partir da chamada “economia urbana”. Porém, sua vinculação direta com os movimentos sociais, no final dos anos 70 e ao longo dos 80, em especial sua ligação com o Partido dos Trabalhadores, transportou-o à discussão mais geral da macroeconomia e das alternativas de desenvolvimento.

Ao tornar-se Secretário de Planejamento do Município de São Paulo, em 1988, no primeiro mandato do PT na capital paulista (Governo Luíza Erundina), Singer buscou formular propostas que articulassem suas duas áreas de intervenção: o espaço urbano, de um lado, e as relações que existem entre crescimento, emprego e desenvolvimento, de outro lado. De sua experiência na Prefeitura paulistana nasceria a idéia, mais tarde (já em meados dos anos 90), de buscar reunir os desempregados nas regiões periféricas da cidade para a formação de cooperativas de trabalho capazes de re-inserir os trabalhadores no mercado formal. A proposta, esboçada, não chegou a ganhar apoio no interior do PT, embora tenha

constado – ainda que timidamente – de programas de governo apresentados em outros processos eleitorais.

De qualquer forma, os embates teóricos em torno da política econômica mais geral (macroeconômica) dos programas de governos das candidaturas de Lula em 1989 e depois em 1994, ocuparam em grande parte as atenções de Paul Singer, o mesmo ocorrendo com o debate em torno do Plano Real e seus efeitos, a partir de 1995.

Com a elevação progressiva dos índices de desemprego a partir de 1995/96, Singer re-abre o debate das cooperativas como forma de combate ao desemprego e à precarização. Nadando na contracorrente do debate sobre as políticas de geração de emprego, travado naquele período, ele volta a sustentar a “economia solidária” como uma forma de gerar renda a partir da abertura de espaços alternativos de mercado. Digo que nadava na contracorrente porque tanto o *establishment* governamental, hegemonicamente liberal, quanto as centrais sindicais defendiam a realização de gastos em programas de qualificação dos trabalhadores e de oportunização de abertura e crescimento das pequenas empresas.

Num conhecido artigo de 1997, Singer apresenta um conjunto de experiências alternativas, que ele – nesse texto – qualifica como “economia solidária”, que poderiam servir como exemplos de ações inovadoras no campo da inclusão social, vistas como alternativas emancipatórias, em oposição a políticas meramente compensatórias. Embora a descrição se detenha especialmente nos chamados “clubes de trocas” ele aponta ainda outras formas de associativismo relacionados ao fenômeno: empresas autogestionárias e cooperativas populares.

Embora sua ênfase esteja centrada na alternativa que estas iniciativas representam em relação ao desemprego, ele já aponta algumas características específicas da “economia solidária” que lhe permitirão, mais tarde, qualifica-la como um “novo modo de produção” em gestação.

Tudo leva a acreditar que a economia solidária permitirá, ao cabo de alguns anos, dar a muitos que esperam em vão um novo emprego a oportunidade de se reintegrar à produção por conta própria, individual ou coletivamente. [...].

Se a economia solidária se consolidar e atingir dimensões significativas, ela se tornará competidora do grande capital em diversos mercados. O que poderá recolocar a competição sistêmica, ou seja, a competição entre um modo de produção movido pela concorrência inter-capitalista e outro movido pela cooperação entre unidades produtivas de diferentes espécies, contratualmente ligadas por laços de solidariedade. (SINGER: 1997, p. 13)

Logo depois deste artigo, Singer ajudou a formar e consolidar uma incubadora tecnológica de cooperativas populares na Universidade de São Paulo, como uma nova atividade acadêmica, ao mesmo tempo em que mantinha seu trabalho de análise dos problemas macroeconômicos.

Seu esforço em estudar e compreender a economia solidária, através de grupos de estudos com outros professores e estudantes da USP vinculados principalmente à ITCP e depois ao NUPES – Núcleo de Pesquisas em Economia Solidária, levou-o a aprofundar esta perspectiva da economia solidária como um novo modo de produção.

O modo solidário de produção e distribuição parece à primeira vista um híbrido entre o capitalismo e a pequena produção de mercadorias. *Mas, na realidade, ele constitui uma síntese que supera ambos.* A unidade típica da economia solidária é a cooperativa de produção, cujos princípios organizativos são: posse coletiva dos meios de produção pelas pessoas que as utilizam para produzir; gestão democrática da empresa ou por participação direta (quando o número de cooperadores não é demasiado) ou por representação; repartição da receita líquida entre os cooperadores por critérios aprovados após discussões e negociações entre todos; destinação do excedente anual (denominado ‘sobras’) também por critérios acertados entre todos os cooperadores. (SINGER: 2000, p. 13)

E mais adiante, em sua conclusão, ele acrescenta:

Em todos esses sentidos, é possível considerar a organização de empreendimentos solidários o início de revoluções locais, que mudam o relacionamento entre os cooperadores e destes com a família, vizinhos, autoridades públicas, religiosas, intelectuais etc. Trata-se de revoluções tanto no nível individual como no social. A cooperativa passa a ser um modelo de organização democrática e igualitária que contrasta com modelos hierárquicos e autoritários, como os da polícia e dos contraventores, por exemplo. (idem, p. 28)

Com a vitória do Partido dos Trabalhadores no horizonte das eleições presidenciais de 2002, Paul Singer jogou seu esforço na tentativa de convencer seus companheiros de partido da necessidade de reservar um lugar importante para a economia solidária num projeto de transição social para o Brasil. Sua participação efetiva na rede de incubadoras universitárias de cooperativas populares e um conjunto de textos produzidos no último período parecem ter feito parte desse esforço ao mesmo tempo científico e político.

Em seu *Introdução à Economia Solidária* (2002), procura estabelecer um elo histórico entre a gênese do cooperativismo do século XIX e a economia solidária das últimas décadas do século XX e começo do XXI. Ao historicizar os dois processos, Singer procura demonstrar que o crescimento da cooperação econômica entre os trabalhadores, nos dois momentos, coincidiu com etapas de crise do capitalismo, e sustenta que as “relações solidárias” de

produção são contraditórias com as relações capitalistas de produção. Mesmo assim, percebe a necessidade histórica de convivência de ambas por um duradouro período, ainda.

A questão que se coloca naturalmente é como a economia solidária pode se transformar de um modo de produção *intersticial*, inserido no capitalismo em função dos vácuos deixados pelo mesmo, numa forma *geral* de organizar a economia e a sociedade, que supere sua divisão em classes antagônicas e o jogo de gato e rato da competição universal. [...]

A economia solidária teria que gerar sua própria dinâmica em vez de depender das contradições do modo dominante de produção para lhe abrir caminho. (SINGER: 2002, p. 116).

Esta concepção da economia solidária como um “modo de produção” remete sua formulação, em boa parte, a uma matriz teórica marxista, embora Singer tenha abandonado admitidamente esta perspectiva teórica.

Por ora, entretanto, queremos salientar que o esforço aparente da obra de Singer continua sendo em termos de buscar uma superação (mais um termo “herdado”) das condições sociais atuais. Nesta síntese teórica buscada, ele parece abandonar aquilo que a teoria marxista ortodoxa definiu como o centro do processo de transformação social, qual seja, a luta política. Daí sua insistente recuperação da obra e das idéias dos “socialistas utópicos” do século XIX (Saint-Simon, Proudhon, Owen...), rejeitando tanto a crítica marxiana, quanto as análises de alguns seus sucessores teóricos, especialmente as críticas de Rosa Luxemburgo ao cooperativismo.

Um contexto que exige um conceito

A eleição de três teóricos do Cone Sul para focar o conceito não foi por acaso. Trata-se de discutir fenômenos muito similares, numa região cujas sociedades e economias encontram-se em um processo crescente de integração (independentemente dos avanços e recuos da institucionalidade do Mercosul).

Entretanto, para além disso, trata-se de situar a incompletude do debate em torno do tema, mesmo quando se faz referência a três teóricos de reconhecida consistência, sobretudo porque construíram suas obras antes e fora do tema da economia solidária, cada um em seu país, e a partir de matrizes teóricas e interesses de pesquisa razoavelmente distintos.

Existe hoje uma miríade de investigadores da economia solidária em todos esses países. Há associações para a pesquisa, como a Rede Unitrabalho, a Associação Brasileira de Pesquisadores de Economia Solidária (ABPES), ou ainda a Rede Universitária de Incubadoras

Tecnológicas de Cooperativas Populares, todas no Brasil; ou ainda o *Foro Federal de Investigadores y Docentes en Economía Social*, na Argentina, apenas como exemplos.

Razeto, Coraggio e Singer nos oferecem pistas importantes a respeito do tema. Em que pese o fato de que esses autores não coincidem exatamente naquilo que diz respeito ao conteúdo e ao significado da economia solidária, tampouco suas formulações estão em contradição. A idéia da “economia solidária como modo de produção”, presente na formulação de Singer, é perfeitamente sustentável desde uma perspectiva teórica orientada pela economia crítica (marxista). Se um modo de produção se define pela articulação entre um dado grau de desenvolvimento das forças produtivas e as relações sociais de produção por ele engendradas⁷, isto é perfeitamente consistente com a idéia de que a economia solidária representa um novo modo de produção, uma vez que as relações sociais de produção presentes nas iniciativas descritas pelos autores são relações não-capitalistas. Marx referia-se às *formações sociais* ou *formações econômico-sociais*, que a cada tempo histórico enfeixavam a presença de diversos modos de produção, submetidos à lógica e à dinâmica prevaletentes de um modo de produção hegemônico⁸.

Ora, uma perspectiva assim definida em relação ao *lugar* da economia solidária no sistema capitalista, preserva não apenas a possibilidade, senão a probabilidade de que um modo de produção alternativo tenda a emergir nos territórios e setores sociais em que o modo de produção hegemônico torna-se mais e mais anacrônico, incapaz de dar respostas às necessidades de reprodução da vida social. Parece lógico, então, que esses territórios e setores sociais lancem mão de alternativas em termos de relações sociais de produção a fim de preservar ou recuperar condições de vida colocadas em risco pela deterioração do modo de produção hegemônico. A idéia da economia solidária como uma alternativa de desenvolvimento local – formulada por Coraggio – aparece, então, como uma leitura que se articula sem contradições com a perspectiva de Singer.

Por fim, também parece evidente que o estabelecimento e o crescimento de alternativas de desenvolvimento local fundamentadas em relações sociais de produção alternativas àquelas hegemônicas, tendem a exigir dos agentes sociais e econômicos a formulação de um novo *ethos*, de uma nova lógica e de uma nova dinâmica de relações

⁷ MARX: 1987.

⁸ É assim que Maurice DOBB (1986) avalia, por exemplo, a presença de relações sociais de produção capitalistas, presentes nas manufaturas da Renascença, em meio a uma Europa dominada ainda pelo modo de produção feudal, definido pelas relações sociais de produção servis, e portanto, sob uma formação social de tipo feudal.

econômicas, que permitam ampliar e reproduzir o modo de produção emergente em meio às condições restritas impostas pelo modo de produção hegemônico. Este novo *ethos* precisa transformar-se, portanto, em *utopia*, em projeto civilizatório com pretensões à sua universalização, como indica Razeto.

O problema fundamental é saber até que ponto estas perspectivas se completam no interior do movimento efetivo da economia solidária. E esta é uma outra questão que coloca um outro desafio para a investigação.

A princípio, para as iniciativas de economia solidária dos países do Cone Sul, tais reflexões são muito mais próprias do mundo acadêmico que do mundo cotidiano do trabalho e dos “negócios”. Mas elas não deixam de estabelecer marcas importantes em relação a este cotidiano.

A construção de políticas públicas, ou simplesmente o acesso a estruturas de sustentação econômica (crédito, comercialização, exportação, participação em licitações públicas etc.), dependem da construção de um marco jurídico apropriado, que leve em consideração as especificidades da economia solidária. A construção desse marco jurídico, entretanto, depende essencialmente do avanço do debate conceitual, pois parte da disputa conceitual transfere-se ao campo da disputa política, quando se trata de garantir categorias legais específicas que permitam a um ou outro setor econômico apresentar-se como portador de necessidades e exigências mais ou menos legítimas perante outros atores.

Tem sido notório, por exemplo, o esforço político que a organização oficial do cooperativismo no Brasil vem realizando para evitar a formulação de uma legislação específica para a economia solidária, bem como a tentativa de tornar obrigatória a filiação das cooperativas à organização oficial. Mas isto é apenas um exemplo.

Em nossa tese de doutorado, fomos desafiados à apresentação de um conceito estrito em relação à economia solidária, uma vez a fluidez da noção era uma das fragilidades apontadas pelos críticos da temática no âmbito da ciência econômica.

A idéia fundamental de que era necessário definir exatamente em quê a economia solidária diferia daquilo que já existe, e que pode ser abarcado pelo conceito abrangente da economia capitalista e da firma capitalista convencional, nos levou a um longo percurso teórico, que a premência do espaço, aqui, nos impede de recompor, nos levou à seguinte formulação:

o conjunto das iniciativas econômicas associativas nas quais (a) o trabalho, (b) a propriedade de seus meios de operação (de produção, de consumo, de crédito etc.), (c) os resultados econômicos do empreendimento, (d) os conhecimentos acerca de seu funcionamento e (e) o poder de decisão sobre as questões a ele referentes são compartilhados por todos aqueles que dele participam diretamente, buscando-se relações de igualdade e de solidariedade entre seus partícipes. (CRUZ: 2006, p. 69).

A noção formulada busca – a partir do cotejo entre a observação territorial da pesquisa e a revisão bibliográfica do tema – construir a fronteira entre a economia convencional (capitalista, competitiva) e a economia solidária (não-capitalista, autogestionária): a negação do assalariamento, da propriedade limitada dos meios de produção, da apropriação privada da produção social da riqueza, da cisão entre concepção e execução dos processos econômicos, e finalmente, da separação entre os que fazem e os que decidem em função de assimetrias de conhecimento, poder ou propriedade.

Evidentemente, tal definição não tem uma pretensão universalista. Mas tampouco abdica de apresentar-se como uma formulação válida para o debate, capaz de pontuar uma construção consistente e que permite – a partir de sua crítica – uma delimitação válida para o marco jurídico a ser estabelecido em cada legislação nacional, embora fosse preferível lutar por um marco comum nos países da região.

O que nos parece fundamental, neste âmbito, é que o debate avance e que ele permita aos atores da economia solidária buscarem as condições necessárias para que possam disputar idéias, projetos, propostas, ações, etc., da melhor maneira possível, desde seu ponto de vista, uma vez que a possibilidade da economia solidária, como modo de produção não-capitalista, apresentar-se como alternativa de desenvolvimento local e como portadora de um novo projeto civilizatório depende, neste momento, do empoderamento de suas iniciativas (no campo econômico) e de suas organizações (no campo político).

Numa expressão, trata-se, como sempre, de sintetizar teoria e prática como parte de um esforço comum de superação da sociedade e da economia excludentes que vivenciamos hoje, a partir de experiências que apontem para uma sociedade e uma economia fundadas em valores solidários e incluídos.

Referências

BASCO, Mercedes Caracciolo; LAXALDE, María del Pilar (2003). *Economía solidaria y capital social: contribuciones al desarrollo local*. Buenos Aires: Piados.

BORGES, Jorge Luis (2005). *Otras inquisiciones*. Buenos Aires: Emecê.

CORAGGIO, José (1997). Alternativas para o desenvolvimento humano em um mundo globalizado. In: *Proposta: revista trimestral de debates*, Ano 26, nº 72. São Paulo: FASE.

_____ (1998). El trabajo desde la perspectiva de la economía popular. In: *Economía popular: una nueva perspectiva para el desarrollo local*. Programa de Desarrollo Local, Catillas. San Miguel (Argentina): Instituto Conurbano-UNGS. Disponible em <<http://www.fronesis.org/public2.htm>>.

_____ (1991). Del sector informal a la economía popular: un paso estratégico para el planteamiento de alternativas populares de desarrollo social. Comunicación al II Encuentro de Partidos y Movimientos del Foro de San Pablo. Disponível em: <<http://www.fronesis.org>>

_____ (1998). Bases para una nueva generación de políticas socioeconómicas: la economía del trabajo o economía popular. Presentación realizada en el Encuentro de Cultura y Socioeconomía Solidaria, PACS, Porto Alegre. Disponível em: <<http://www.fronesis.org>>

_____ (2001). La relevancia del desarrollo regional en un mundo globalizado. In: *Ciências sociais Unisinos: Número temático – economia solidária*. São Leopoldo: Unisinos.

_____ (2002). La economía social como vía para otro desarrollo social. Documento de lanzamiento del debate sobre “distintas propuestas de economía social” – Red de Políticas Sociales. Disponível em: <<http://www.fronesis.org>>

_____ (2003). El papel de la teoría en la promoción del desarrollo local (hacia el desarrollo de una economía centrada en el trabajo). Documento preparado para el módulo ‘Teoría y Práctica del Desarrollo Local’, en el programa de especialización superior en ‘gestión y desarrollo local’, organizado por la Universidad Andina (Quito, Ecuador). Disponível em: <<http://www.fronesis.org>>

CRUZ, Antônio (2004). Economia solidária – a construção de um conceito e a consolidação de um novo objeto de investigação na ciência econômica. In: *Cadernos de economia: Revista do curso de ciências econômicas*, nº 8. Chapecó: Unochapecó.

_____ (2006). *A diferença da igualdade: a dinâmica da economia solidária em quatro cidades do Mercosul*. Tese de doutorado em economia aplicada. Campinas: Instituto de Economia/Unicamp.

_____; SILVA, Gabriela Scur (2002). Levantamento, tipologia e conceituação de iniciativas de economia solidária: um estudo de caso – a metade sul do Rio Grande do Sul. Relatório de pesquisa apresentado à Fundação de Amparo à Pesquisa do RGS. Pelotas: fotocopiado.

DAL RI, Neusa et al (1999). *Economia solidária*. São Paulo: Arte e Ciência.

DOBB, Maurice (1986). *A evolução do capitalismo*. São Paulo: Nova Cultural.

FAJN, Gabriel et al (2003). *Fábricas y empresas recuperadas: protesta social, autogestión y rupturas en la subjetividad*. Buenos Aires: Centro Cultural de la Cooperación.

GAIGER, Luis Inacio (2004). Sentidos e experiências da economia solidária no Brasil. Porto Alegre: UFRGS.

GRAMSCI, Antonio (1991). *Concepção dialética da história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

GUERRA, Pablo (2002). *Socioeconomía de la solidaridad*. Montevideo: Nordan-Comunidad.

LISBOA, Armando (1998). *Desordem do trabalho, economia popular e exclusão social: algumas considerações – texto para discussão*. Florianópolis: UFSC.

MANCE, Euclides (2000). *A revolução das redes: a colaboração solidária como uma alternativa pós-capitalista à globalização atual*. Petrópolis: Vozes.

MARX, Karl (1986). *O capital*. São Paulo: Nova Cultural.

_____ (1987). *Para a crítica da economia política*. São Paulo: Nova Cultural.

NUÑEZ, Orlando (1995). *La economía popular, asociativa y autogestionaria*. Managua: CIPRES.

_____ (1998). *El manifiesto asociativo y autogestionario*. Managua: Centro Para la Promoción, la Investigación y el Desarrollo Rural y Social.

RAZETO Luis (1984). *Empresas de trabajadores y economía de mercado*. Santiago: Ediciones PET.

_____ (1988). *Economía de solidaridad y mercado democrático*. Santiago: Ediciones PET.

_____ (1994). *Las donaciones y la economía de la solidaridad*. Santiago: Ediciones PET.

_____ (1997). *Los caminos de la economía de solidaridad*. Buenos Aires: Lumen-Hvmanitas.

SINGER, Paul (1997). *Economia Solidária: geração de renda e alternativa ao liberalismo*. In: Revista Proposta. Ano 26, nº 72. SP: FASE.

_____ (1998). *Globalização e desemprego: diagnóstico e alternativas*. São Paulo: Contexto.

_____ (2000). *Economia solidária: um modo de produção e de distribuição*. In: SINGER, Paul; SOUZA, André Ricardo et al. *Economia solidária no Brasil: a autogestão como resposta ao desemprego*. São Paulo: Contexto.

_____ (2002). *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo.

_____ (2002b). *A recente ressurreição da economia solidária no Brasil*. In: SANTOS, Boaventura de Souza Santos et al. *Produzir para viver: os caminhos da produção não capitalista*. São Paulo: Civilização Brasileira.

TIRIBA, Lia (2001). *Economia popular e cultura do trabalho: pedagogia(s) da produção associada*. Ijuí: Unijuí.